



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0285961-6

COMARCA: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - 01ª VARA CÍVEL

APELANTE: SADIA S/A

APELADO: LIMPA FOSSAS METROPOLITANA LTDA.

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA PROCEDENTE - ACERTO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENCERRADO - COMPROVAÇÃO DE PEDIDO INFORMAL DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS - MANUTENÇÃO DOS PREÇOS ANTERIORMENTE COBRADOS - PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA - RECURSO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0285961-6, em que figuram como Apelante SADIA S/A e como Apelado LIMPA FOSSAS METROPOLITANA LTDA., os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "*Por unanimidade de votos, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos da turma*", tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de outubro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO Nº: 0285961-6
APELANTE: SADIA S/A
APELADO: LIMPA FOSSAS METROPOLITANA LTDA.
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Cobrança julgada simultaneamente com Ação Declaratória de Inexigibilidade de títulos.

Sentença Recorrida: A Decisão una de fls. 213/215 **julgou procedente o pedido de cobrança**, condenando a Sadia S/A ao pagamento da importância cobrada na inicial (R\$ 40.220,00), em decorrência da execução dos serviços prestados entre setembro e novembro de 2009, com juros de mora incidentes desde a citação, no percentual de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGP-M a contar do inadimplemento de cada parcela. De outra banda, **julgou improcedente o pedido formulado na ação declaratória de inexigibilidade de títulos (duplicatas)**. Condenou, ainda, a Sadia S/A no pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor idêntico das causas conexas (uma única incidência).

Objeto: Apelação intentada somente na ação de cobrança com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 217/227).

Razões recursais: Alega, em síntese, que não compactuou com a apelada nenhum contrato formal de prestação de serviços que viesse a estipular os valores que estão sendo cobrados, tendo a empresa apelada, Limpa Fossas Metropolitana Ltda., iniciado os serviços por sua conta e risco enquanto ainda se prolongavam as tratativas sobre o valor que seriam pagos por eles. Aduz, ainda, a impossibilidade de ser usado como parâmetro o valor cobrado em relação jurídica anterior firmada com terceiro (Construtora Vieiro Ltda.), não tendo, desse modo, condições de aferir a integralidade dos serviços prestados.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 233/239, pela manutenção da decisão "a quo" e consequentemente, pela improcedência da Apelação.

É o que importa relatar.
A Douta Revisão.

Recife, 07 de fevereiro de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO Nº: 0285961-6

APELANTE: SADIA S/A

APELADO: LIMPA FOSSAS METROPOLITANA LTDA.

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Conforme relatado, o objeto do presente recurso limita-se ao inconformismo da recorrente quanto ao valor que lhe é cobrado pelos serviços que foram prestados, com o principal argumento de que não há provas quanto à aceitação, por sua parte, daqueles valores (R\$ 580,00 por cada carrada de 14m³).

Nesse contexto, é fato confesso que os serviços foram prestados. O que se discute é apenas o valor que está sendo cobrado. Convém esclarecer que os serviços ora discutidos foram prestados dentro de uma cadeia de continuidade. Isso porque, inicialmente, a empresa ora apelada exerceu o serviço de limpeza de fossas na Sadia S/A na qualidade de sub-contratada da Construtora Vieiro Ltda., durante o período de julho de 2008 à agosto de 2009, sendo o valor repassado por está última o de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) por cada carrada de 14m³.

Acontece que, após o encerramento do contrato da Construtora Vieiro Ltda. com a empresa Sadia S/A, esta última, verificando a necessidade de mais alguns reparos, solicitou, informalmente, a Limpa Fossas Metropolitana Ltda., a continuidade dos seus serviços. Deste modo, os serviços continuaram sendo prestados durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2009 diretamente a Sadia S/A, entretanto, não foram pagos.

De todo o narrado, entendo que agiu com acerto o magistrado sentenciante, ao acolher o pedido de cobrança, tomando como base aquele mesmo valor que foi contratado entre a apelante e a Construtora Vieiro Ltda.. Ora, se houve uma continuidade na prestação do serviço, não obstante a eliminação de um terceiro intervenor (Construtora Vieiro) na relação, e as partes não convencionaram preço diverso daquele anteriormente cobrado, não há porque não manter os valores acordados.

Vale aqui transcrever os fundamentos da sentença recorrida: *"Volvendo-me ao caso concreto, observo que, de fato, houve negócio jurídico firmado entre os litigantes, e embora não haja pacto escrito e formalizado definindo o preço da prestação, resta claro dos autos que existiu razão fundada para acreditar que o serviço executado deveria ser mantido nas mesmas condições anteriormente definidas. Ou seja, se até o momento da emissão dos títulos o preço unitário esteve definido em R\$ 580,00, sem qualquer pronunciamento das partes, o comportamento de ambos fez pressupor a estabilidade dos elementos. Se havia discordância quanto aos valores essa discordância deveria ser esclarecida antes da prestação do serviço. Ao permitir a continuidade da execução em suas dependências, e sob as mesmas condições a SADIA sujeitou-se a assumir todos os elementos do pacto então vigente. Ademais, não há qualquer breve evidência das eventuais*



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

tratativas, ou qualquer indício que insinue a insatisfação quanto aos preços praticados. Encontra-se evidenciado que a parte contratante, através de seus prepostos/agentes tinha conhecimento do valor então praticado, não podendo, agora, invocar argumentos vagos, para exonerar-se de sua obrigação contratual, sob pena de violação ao princípio da boa-fé objetiva, que se configura como lineamento ao dever de lealdade quanto à conduta dos contratantes, em qualquer negócio jurídico. Acolher os argumentos da parte promovida é cancelar conduta desleal de um dos contratantes, posto que havendo a execução da mão-de-obra, deve ser efetuada a contraprestação do serviço realizado, de acordo com o montante que vinha sendo praticado. Trata-se, portanto de situação de venire contra factum próprio. Ou seja, o comportamento que gera confiança, possui força vinculativa, não se admitindo alteração capaz de surpreender um dos contratantes, que baseou seu plexo de ações na conduta observada."

Assim, por conta dessa soma de razões, **VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**

[Assinatura]
É COMO VOTO.

Decide, 01/10/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0285961-6

APELANTE: SADIA S/A

APELADO: LIMPA FOSSAS METROPOLITANA LTDA.

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 1º de outubro de 2013

Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora Substituta